



Acesso à Informação



Intranet

Administração Superior

Procuradoria Geral de Justiça
Colégio de Procuradores
Conselho Superior
Corregedoria-Geral

Administração

Procuradorias de Justiça
Promotorias de Justiça
DECON
Ouvidoria Geral
Secretarias Executivas

Execução

Procurador-Geral de Justiça
Conselho Superior do MP
Procuradores de Justiça
Promotores de Justiça
JURDECON

Auxiliares

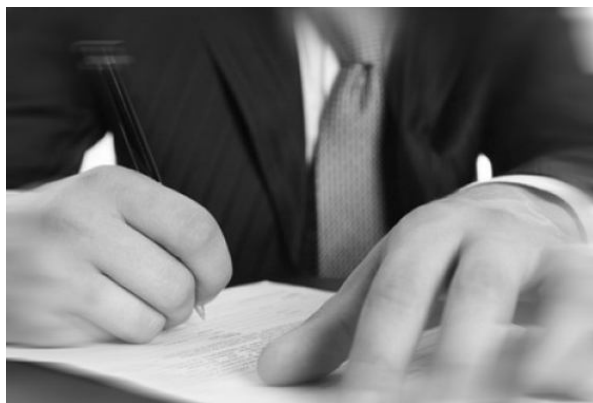
Centros de Apoio Operacional
Escola Superior do MP
Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo
Órgão de Estágio
Comissão de Concurso

Serviços

Artigos
Convênios
Consulta de Protocolo
Diário da Justiça
Email Institucional
Endereços e Telefones
Estágios e Concursos
Legislação
Links interessantes
Listas Gerais de Antiguidade
Peças Processuais
Plantão Ministerial
Portarias
Provimentos
Publicações
Relatório de Gestão Fiscal
Recomendações

Destaques

17/04/2015 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: MPCE AJUÍZA AÇÃO EM MADALENA



O Ministério Público do Estado do Ceará ingressou com uma ação civil pública contra a Prefeitura de Madalena; o prefeito afastado Zarlú Kalil Filho; a ex-secretária de Cultura e ex-prefeita Antonia Lobo Pinho Lima (conhecida como "Etinha"); o ex-chefe de gabinete Francico das Chagas Filho (vulgo "Allan Terceiro"); o vereador Carneiro de Oliveira Junior; e o empresário José Alzir Lima Filho. Eles são acusados de participarem do esquema de contratação ilegal de um imóvel que custou R\$ 84 mil aos cofres públicos. A ação foi protocolada nessa quinta-feira (16) e é assinada pela promotora de Justiça Alessandra Gomes Loreto.

Segundo as investigações, em 2013, o Município firmou com José Alzir um contrato de aluguel de um clube no valor de R\$ 6 mil. Com duração prevista de 12 meses, o acordo foi assinado por intermédio do então chefe de gabinete. De acordo com o MPCE, o Município pagou 14 meses de locação, embora não tivesse havido qualquer aditivo contratual. Assim, o valor total gasto corresponde a R\$ 84 mil.

A simples contratação do imóvel já constitui ato de improbidade administrativa pelo prejuízo causado ao erário, mas, além disso, foi constatado também que: a) o referido empresário é filho de Antonia Lobo Pinho Lima, que, para justificar a contratação ilegal, utilizava o local como depósito dos instrumentos da banda de música da Secretaria; o imóvel foi subutilizado pela Prefeitura e chegou a ser destinado a um terceiro para a realização de festas particulares durante a vigência do contrato, sendo o "sublocatário" o vereador Valdomiro Carneiro de Oliveira Júnior, que cobrava ingressos cujos valores se destinaram a ele mesmo.

Além de o valor do aluguel ser considerado exorbitante para um imóvel localizado em cidade de pequeno porte, o MPCE argumenta que o Município vem passando por forte crise financeira e que o contrato ocasionou enriquecimento ilícito para o particular beneficiado. Cabe ressaltar que Zarlú Kalil Filho, Antonia Lima e Francico das Chagas estão ausentes dos cargos desde 25 de novembro após uma decisão judicial que determinou o afastamento deles durante seis meses, também por atos de improbidade. Este último, inclusive, encontra-se preso na Casa de Custódia de Itaitinga por ser acusado de assassinar a própria esposa.

Pelos motivos expostos, o MPCE pede que todos eles sejam condenados conforme a Lei nº 8.429/1992, que prevê, entre outras coisas, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por um prazo determinado e pagamento de multa civil.

Fonte: Ascom

Notícias relacionadas

- 22/02/2016 - Justiça determina afastamento de vereadores de Russas
- 16/02/2016 - Ação do MPCE requer ressarcimento de recursos desviados por ex-vereador
- 12/02/2016 - MPCE ingressa com ação de improbidade administrativa contra prefeita de Jati
- 11/02/2016 - MPCE expede recomendação para que Município de Madalena respeite limites da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 27/01/2016 - MPCE emite recomendação para combater prática de nepotismo em Araripe
- 26/01/2016 - Prefeitura de Brejo Santo acata recomendação do MPCE e não vai realizar despesas com festas de Carnaval
- 26/01/2016 - MPCE ajuíza Ação Civil Pública para que Município de Iracema regularize pagamento de servidores
- 18/01/2016 - MPCE recomenda que Prefeitura de Pacajus não realize gastos com festejos de Carnaval
- 18/01/2016 - MPCE emite recomendação para combater nepotismo na Câmara Municipal e na prefeitura de Iracema
- 15/01/2016 - MPCE recomenda que Prefeitura de Tauá se abstenha de realizar gastos com festejos de Carnaval
- 10/12/2015 - MPCE cumpre mandado de busca e apreensão na Prefeitura de Coreaú
- 10/12/2015 - MPCE cumpre mandado de busca e apreensão na Prefeitura de Coreaú
- 01/12/2015 - Justiça obriga Construtora CHC a devolver pedágio cobrado de 2008 a 2013
- 26/11/2015 - MPCE ajuíza ação de execução de multa pessoal contra prefeito de Iguatu